



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



PROJETO DE LEI N. 48/2020

AUTORIA: VEREADOR AMAURI COLARES

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A EDIFICAÇÃO DE MONUMENTO EM HOMENAGEM A BÍBLIA SAGRADA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MANAUS.

PARECER PL/CMM

PROJETO DE LEI. ART. 30, INCISO I, DA CF  
C/C ART. 8º. DA LOMAN. ESTADO LAICO.  
ART. 5º. VI DA CF.  
INCONSTITUCIONALIDADE.

Encontra-se nesta Procuradoria Geral, para emissão de parecer, Projeto de Lei, versando sobre assunto acima mencionado.

Como é sabido, a Constituição Federal vigente atribuiu aos Municípios a capacidade de autonormatização, ou seja, a capacidade de editar suas próprias leis, de acordo com o princípio da supremacia do interesse local.

De fato, a teor do art. 30, inciso I, da Carta Federal, verbis:

**“Art. 30 – Compete aos Municípios:**

**I – legislar sobre assuntos de interesse local;”**

Ainda nesse sentido, dispõe o art. 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Manaus.

Entretanto, essa capacidade de editar suas próprias leis atribuída aos Municípios deve obedecer necessariamente as normas previstas na Constituição Federal ( lei fundamental e suprema do Brasil).



No caso em análise, o projeto requer que seja construído um monumento em homenagem a bíblia Sagrada, em local que será de incubência do Município liberar.

Para elucidar a questão, devemos trazer à baila o princípio de que o Estado é laico.

O Estado Brasileiro é laico, isso, teoricamente, prega a desagregação da religião e seus valores sobre os atos governamentais. Em uma democracia, a pluralidade de crenças e valores é incalculável, justamente por pousar sobre a liberdade. E o Estado deve agir com o máximo de neutralidade e igualdade possível com relação às mais diversas pautas, por isso, a laicidade é um princípio crucial para a manutenção da democracia e os direitos individuais e coletivos. Vejamos o que dispõe a Constituição Federal.

**“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:**

**[...]**

**VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;”**





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



Desta feita, considerando que o Estado é laico e que não se pode impor ao Município que disponha de um local público para a construção de monumentos religiosos, entendemos que o projeto apresenta inconstitucionalidade. Lembrando que não há vedação para a construção desse monumento em propriedade privada.

Manaus, 13 de abril de 2020.

**PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO**

**Procuradora da CMM**

